

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: A VIOLÊNCIA NA E DA ESCOLA

Roseli Esquerdo **Lopes** – UFSCar

Carla Regina **Silva** – UFSCar

Agência Financiadora: FAPESP

A juventude, recentemente, tornou-se uma categoria social relevante no Brasil. Segundo Pochmann (2004), devido à sua complexidade, geralmente de dependência econômica e associada à educação e à formação – próxima da constituição de uma vida familiar e profissional própria – a juventude vem deixando de ser um espaço de decisão privada para se transformar em agenda de intervenção pública.

No Estado capitalista as políticas sociais são aquelas relações e estratégias organizadas que visam criar as condições para que os proprietários da força de trabalho sejam incluídos nas relações de troca (Offe e Lenhardt, 1984). As políticas sociais, com base na Constituição Brasileira, apresentam diretrizes para o encaminhamento e o enfrentamento de problemáticas sociais promovendo, ou não, a criação de mecanismos para a operacionalização de direitos em diversas áreas.

Para Cohn (2004), os investimentos em setores como saúde e educação, para aqueles que não estão no mercado de trabalho - onde se inclui a juventude, passam a ser objetos de políticas (quando existem) pontuais, segmentadas e não regidas pelo paradigma dos direitos sociais.

A educação conseguiu se projetar como bem necessário e inquestionável em nossa sociedade, como um direito de todos respaldada juridicamente por diversos documentos nacionais e internacionais.

Contudo a escola, tida como instrumento extremamente necessário e importante, exclui aquele que não ingressa nesse modelo ou não consegue nele se manter. Com efeito, a exclusão escolar é o resultado “normal” da extensão de uma escola democrática de massa que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos. O Ensino Médio como sistema exemplar para o jovem, no Brasil, trás contradições ainda mais importantes.

O Ensino Médio deixou de formar exclusivamente as elites para o acesso à universidade, como foi a nossa tradição de quase cinco séculos. A democratização do ensino, a expansão da escola pública, os investimentos do Estado na expansão do atendimento ao Ensino Médio buscaram atender às necessidades de uma sociedade industrializada, urbanizada e com exigências de qualificação profissional. O atendimento dessas exigências provocou a expansão do Ensino Médio, que, por sua vez, tem relação direta com a mobilidade social ascendente que se verificou no país nas décadas mais recentes. Uma classe média mais ampla emergiu na sociedade brasileira

particularmente com a ampliação e extensão da educação. Mas falta muito ainda neste setor (Marcílio, 2005, p.434).

O maior desafio está em constituir uma escola democrática que reflita uma sociedade mais justa, onde seja possível garantir, de fato, os direitos conquistados. Diante de tamanha desigualdade social e dos escassos recursos para a construção de uma rede de proteção à juventude, faz-se evidente a vulnerabilidade dos jovens de grupos populares, refletida nos inúmeros índices relacionados à violência no país.

Tem sido pautada no campo da educação a questão da violência como problemática atual e urgente e entrelaça-se com as dificuldades e contradições existentes nas formas de se educar.

Compreende-se a violência na e da escola pela ausência da garantia de direitos previstos aos adolescentes e jovens, integrando um processo composto por ações que não garantem, desrespeitam, ou ainda, que invalidem a noção de sujeitos de direitos, nesse espaço público, no qual a formação de cidadãos participativos, pela construção coletiva e democrática, deveria ser prioridade. Considera-se a escola em geral e a escola pública em particular, no seu ciclo básico, o equipamento social de maior importância para a cidadania de jovens no Brasil.

Na pesquisa que sustenta este trabalho, a coleta de dados foi realizada em cinco escolas públicas, situadas em regiões centrais e periféricas numa cidade¹ no interior de São Paulo, durante 2005-2007. Para o levantamento quantitativo foram aplicados 1445 questionários semi-estruturados², com questões abertas e fechadas, com alunos de Ensino Médio. Para a análise foram produzidos: máscara, banco, cálculos, gráficos e cruzamento de dados. Comparado ao total de matrículas no ano da pesquisa, os questionários aplicados equivalem a 15% de todos os alunos matriculados no Ensino Médio do Município e a 19,2% dos alunos matriculados apenas em escolas públicas.

A metodologia empregada para a coleta dos dados qualitativos foi estruturada pelas Oficinas de Atividades ofertadas aos alunos, utilizadas como instrumento de comunicação e expressão das experiências pessoais e coletivas, das opiniões, das declarações e da compreensão e apreensão daquele universo juvenil. Foram realizadas,

¹ A partir dos resultados obtidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), esse município ficou em segundo lugar dentre todas as cidades do Brasil, quando considerado o Ensino Médio de escolas públicas e particulares. A avaliação realizada apenas entre as escolas públicas, resultou numa queda superior há vinte posições (Folha de São Paulo, março de 2006).

² O questionário apresentava questões acerca de: dados pessoais; condição socioeconômica; vida escolar, violência escolar, perspectivas de futuro e espaço para manifestações livres.

ainda, entrevistas com: pais, diretores, funcionários/inspetores, coordenadores pedagógicos, professores e alguns alunos.

Os resultados revelam inúmeras problemáticas presentes na escola, ainda que os profissionais das escolas mencionassem que situações de violência não faziam parte do seu cotidiano. Afirmaram, ao mesmo tempo, o crescimento da problemática, assim como a gravidade das situações quando comparadas aos anos anteriores, alegando como causa os próprios jovens, que seria mais violentos, atualmente.

As causas e as problemáticas interrelacionadas entre os diferentes atores foram: falta de estrutura da educação, baixa qualidade educacional, a falta de habilidade e capacidade do professor, a falta de merenda para os alunos (sobretudo no noturno), a falta de recursos físicos e materiais para o ensino, o preconceito contra a condição social dos alunos, preconceito contra negros, a violência externa à escola, a violência familiar/doméstica, a ausência da família nas questões educacionais de seus filhos, famílias desestruturadas, uso de álcool e outras drogas ilícitas no interior das escolas, o tráfico dentro e fora da escola, a presença de armas dentro da instituição (brancas e até mesmo de fogo - com 126 afirmações nos questionários).

Os mecanismos que a escola possui para manter a disciplina, num primeiro momento, são as conversas, conselhos e/ou cobranças, recorre-se, também, às famílias. Se não se tem resultado, são utilizados os métodos repressivos, a advertência, a suspensão ou a transferência compulsória. Alguns castigos relatados pelos alunos: varrer o chão da escola, ficar para fora da sala de aula, levar “xingo” (da coordenação, direção e da polícia).

Os recursos utilizados pelas escolas para lidar e repreender a violência, bastante observados e objetos contínuos das discussões, foram: contratação de um inspetor de alunos com experiência em segurança e a presença da polícia, através do Programa Estadual “Ronda Escolar”.

Inúmeras histórias de ameaças, punições e violações de direitos são relatadas à exaustão, quando os alunos são instigados a falar sobre a polícia enquanto agentes de segurança pública, inclusive com o funcionário da escola, contratado via Associação de Pais e Mestres. Na contramão da função que lhes é delegada, no meio escolar, representam a ameaça e a coerção sobre a população jovem e pobre da periferia.

Fase de limpeza! Eu costumo falar que foi a fase de limpeza, para pegarmos e deixarmos aqui dentro só quem estuda e os que queriam fumar, beber ou até

mesmo usar drogas não iriam ficar aqui... Aí, realmente, nós temos que chamar a ronda [escolar], que ela existe para isso nas escolas, para os graves problemas, esse é o trabalho deles, aí nós emitimos boletim de ocorrência (Funcionário “segurança” da Escola).

Embora existam tentativas de reforçar o lado educativo na função da polícia militar, neste contexto, as observações denunciavam inúmeras violações dos direitos dos adolescentes e jovens pobres, vistos como “aqueles que não têm mais jeito”.

Quando a escola recorre à polícia para o enfrentamento destes comportamentos, legitima o recurso da violência. Desta forma, a questão educacional é colocada à prova, pois se substituiu o que lhe é de direito pela punição - a aprendizagem pela repressão.

Não é certo o modo como os policiais tratam os adolescentes, pois eles deveriam tentar ajudar a mantê-los longe do crime. Com certas atitudes eles só ajudam aproximação, pois causam um clima de revolta e rivalidade entre policiais e adolescentes. Aí que está o erro do Brasil, esse povo individualista aonde prevalece a desigualdade. O Brasil já não presta. Por que os policiais não espancam os governos? Se os jovens estão como estão, não há culpado maior (Matéria produzida por alunos do 2º ano - Oficina).

O desejo de abandonar a escola é citado por 164 alunos (11%), quando eles passaram ou assistiram a situações de violência na escola.

Reforça-se uma lógica excludente na escola pública, realçada por sua precária rede de estratégias que possam torná-la, de fato, democrática e para todos.

O fortalecimento do Estado democrático possibilitaria maiores condições do exercício efetivo da cidadania - da qual grupos populares são excluídos - de tal forma que pudessem se construir formas mais justas e igualitárias de acesso aos bens essenciais a todos os cidadãos.

O exercício de direitos e deveres, sob a democracia, demanda contínuos esforços e a violência mostra-se como uma questão na sociedade moderna que impede, ou dificulta muito, a efetivação de espaços públicos democráticos. Pois, o apelo eficaz do medo resulta em ações distorcidas - já que hoje, em nome da segurança, novos muros se erguem, se renovam padrões de censura e de cerceamento, mesmo que sob uma roupagem politicamente correta e em nome da própria cidadania.

A construção democrática da escola parte de decisões políticas, encaminhamentos legais e, por fim, da própria materialidade de suas ações. Sendo assim, essa escola não pode se constituir por processos/ensinamentos que não estejam vinculados a suas práticas pedagógica e cidadã. A incorporação de noções e atitudes

democráticas requer, necessariamente, experiências democráticas afinal, democracia é muito mais que um conceito: é uma conduta ética.

Os resultados alcançados refletem elaborações coletivas acerca das ações destinadas aos alunos/jovens de grupos populares urbanos e suas alternativas, buscando produzir estratégias de enfrentamento à violência em espaços públicos, desde a instituição escolar constituída para essa população.

Referências

COHN, Amélia. **O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?** In NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (organizadores). **Juventude e sociedade: trabalho, cultura e participação**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FOLHA DE S. PAULO, **Melhor Ensino Médio do país está no interior**, domingo, Folha de S. Paulo 12 de março de 2006, p.C6.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**, São Paulo, Instituto Fernand Braudel e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

OFFE, C. e LENHARDT, G. **Teoria do Estado e política social** In. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 386p.

POCHMANN, Márcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**, p. 217-241, In NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (organizadores). **Juventude e sociedade: trabalho, cultura e participação**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.